

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-SAÚDE

No dia três e quatro de junho de 2019, às 14:00min, iniciou-se a 25ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Saúde (CT-Saúde), com abertura por seu coordenador, Sr. Kleber Rangel, e prosseguimento com a pauta, conforme relatos a seguir. A reunião ocorreu no Ministério da Saúde. Os participantes constam na lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação Nº 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

Ofício da Prefeitura Municipal de Resplendor/MG, que responde a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA)

O ofício nº 184/2019/GB/PREF foi enviado com cópia ao coordenador da CT-Saúde, Sr. Kleber Rangel, ao Sr. José Augusto Neves dos Reis, gerente regional da Copasa do município de Caratinga-MG, ao Sr. Ângelo Cola, representante legal do núcleo de Relações Institucionais e ao promotor de justiça do município de Resplendor-MG. O teor do ofício é sobre a decisão unânime da população em não concordância com a capacitação de água feita no Rio Doce, apesar de estudos e análises apresentados, garantido a procedência da ação proposta, não há confiança nos mesmos por parte da população diante de experiência própria. Atingidos solicitam que sejam realizados estudos independentes que possam garantir o consumo de água captada em fontes alternativas, evitando assim possíveis conflitos sociais no território. Diante das justificativas apresentadas, a Prefeitura de Resplendor solicita dilação do prazo para apresentação de proposta de captação de água bruta para o sistema de abastecimento de água tratada até a chegada da assessoria técnica dos atingidos, posto que a instituição já foi escolhida e aguarda sua contratação. Na oportunidade, ressalta-se a importância da participação dos atingidos em todas as reuniões das intercâmaras e CIF, garantindo assim, que todas suas demandas sejam ouvidas e compreendidas.

Informes sobre Grupos Técnicos Regionais de Minas Gerais e Espírito Santo

Alice de Matos informou que os grupos terão periodicidade bimestral diante de problemas com a questão do custeio por parte da Fundação Renova, que causava baixa participação e, com a periodicidade de dois meses, a adesão aumentou. Expôs que são pontos de pauta fixos em Valadares o plano de monitoramento e medidas alternativas para captação de água, com interface com a CT-SHQA, relatórios mensais emitidos no site da Fundação Renova e discussão destes planos de ações municipais e quaisquer outras demandas ou sugestões partindo dos municípios. Carlos Eduardo Silva pontuou que o GT Ponte Nova tem periodicidade mensal e que estão em movimento de aglutinação de outros municípios que começam a se perceber enquanto atingidos e que podem e devem reclamar seus direitos junto à Fundação Renova. Explicou que tal consciência vinha aflorando em outros municípios diante da apresentação do Plano de Ação

de Barra Longa. Eder Silva informou sobre Coronel Fabriciano cujas reuniões acontecem mensalmente e tratam sempre do que está sendo discutido nos âmbitos das Câmaras Técnicas e do Comitê Interfederativo e que atraso na entrega dos laudos a respeito da água é reclamação frequente por parte dos municípios. Por fim, Roberto Lapierre informou sobre GT no Espírito Santo que tem frequência de reuniões prejudicada por falta de definição de orçamento para participação dos municípios, questão que já estava em tratativa com a Defensoria Pública. Além disso, colocou que há grande adesão e interesse por parte dos municípios e que apresentam trabalhos mesmo sem assessoria técnica. Diante do exposto, deu-se extensa discussão sobre a importância da participação assegurada dos atingidos durante os processos e questionou-se sobre a falta de assessoria técnica a alguns municípios, que atrasam o cumprimento do TAC-GOV. Finalizando a discussão, Kleber Rangel pontuou que não se tratava de esperar que todos os municípios fossem assessorados para dar início às ações, mas de que não se disperse o objetivo de garantir condições para a participação adequada de todos. Ainda, reforçou a importância de que os atingidos avaliem se há real cumprimento por parte da Fundação Renova do que está sendo clamado, pois os atingidos são a melhor métrica da realidade e facilitam o trabalho de análise da CT.

Encaminhamento: Solicita-se que AEDAS formalize sua demanda apresentada no GT de Ponte Nova para que seja encaminhado à CT e possa-se oficialmente realizar cobrança junto à Fundação Renova.

Informes sobre Plano de Contingência e Plano de Estiagem

Cristiany Pietro informou que foi elaborada Nota Técnica conforme definido em reunião anterior da CT para apreciação e correção do CIF e aguardam nova versão. O Plano de Contingência no período chuvoso foi aprovado com ressalvas e há reunião agendada para avaliação se está em conformidade com ações de outras secretarias envolvidas no tema. Luciana confirmou que o Plano de Estiagem foi recebido em março de 2019 e que será avaliado em conjunto com todas as partes envolvidas em 16/06/2019.

Apresentação da Anvisa: Nota Técnica nº 8/2019/SEI/GEARE/GGALI/DIRE2/ANVISA

Foi feita apresentação por Lígia, representante da ANVISA, de Nota Técnica sobre resultados de análises de risco em relação ao impacto à saúde decorrente de consumo de pescados provenientes de região afetada pelo acidente. Registro que foi feito convite ao prof. Frederico Perez para falar sobre Comunicação de Risco em situação de desastres. Lígia apresentou a análise feita com base em toxicidade e exposição, e pontua limitações no estudo a partir de dados enviados pelo ICMBio, que estavam direcionados a análises de biodiversidade, e não a risco sanitário de consumo alimentício, o que interferia no resultado alcançado, além da inadequação dos dados para a metodologia necessária, que considerava amostras de peixes que poderiam não condizer com os tamanhos e as espécies consumidos na realidade e não apresentavam amostras suficientes de crustáceos. A representante da ANVISA apresentou resultados numéricos comparados a padrões nacionais e internacionais de limites toleráveis de metais em pescados para consumo, e apontou quantidade de pescado para consumo com níveis de metais considerados toleráveis. Frisou que a análise apresenta limitações devido à qualidade dos dados submetidos, à não consideração de outras fontes de exposição a metais, como água e outros alimentos e à metodologia. Após apresentação, deu-se extensa discussão sobre a importância de dados adequados para responder corretamente à questão. O Prof. Eduardo Massad sugeriu que a LACTEC fosse convidada às reuniões para compartilhar informações de estudos que poderiam

ser relevantes para a ANVISA. Lígia reforça que a resposta da ANVISA pode ser melhor se a pergunta for mais bem elaborada, e está disposta a trabalhar neste aprimoramento. Cristiany Pietro questiona se é seguro instruir a população a consumir 200g de peixe, três vezes por semana, sem risco à saúde? Lígia reforça que a nota da ANVISA não atesta que não há risco, mas que, diante das condições dos dados que provavelmente não refletiam a realidade, havia risco tolerável. A representante pontua que não há ateste por parte da ANVISA, mas apresentação de estudo de avaliação de risco em relação ao pescado, e que estava havendo exacerbação das expectativas em relação ao estudo. Diante do exposto, é colocado que a Fundação Renova se apropriou do conteúdo da Nota Técnica para promover retorno das atividades de pesca e consumo do pescado para cessar as reparações financeiras, o que vinha gerando insegurança na população.

Na sequência, após da apresentação da Anvisa foi convidado o Profº Frederico Peres para falar sobre Plano de Comunicação da CT-Saúde, como a temática anteriormente da pauta era sobre os estudos da Anvisa, ele usou como exemplo para falar sobre O papel da Comunicação de Risco no enfrentamento dos desastres seus problemas e suas implicações na informação. Ao final apresentou proposta de comunicação de risco e ressaltou que a população atingida tem um aprender diferente dos técnicos e que isso influenciava na forma como recebiam a informação. Propõe entender como o GT pode ser um instrumento influenciador para reduzir os ruídos de comunicação existentes em todo o viés do processo que está andamento. Por fim, Carlos, representante da assessoria de imprensa da ANVISA, informou que o próprio órgão foi surpreendido por ação da Renova e que iriam liberar pronunciamento a respeito do ocorrido.

Encaminhamentos: Instituir grupo, com a participação do Prof. Frederico Perez, e circular entre câmaras e GT-Pesca indicações de nomes para construção de estratégia de comunicação de risco. Solicitar dados à LACTEC para que sejam apresentados no GT-Pesca. Solicitar dados da Rede Rio Doce Mar e enviar à ANVISA. Pensar, a partir do grupo de estratégia de comunicação, ações práticas a partir da legislação do campo da saúde e da vigilância sanitária. Reunir o GT-Pesca com pesquisadores, com ANVISA e com outros produtores de estudos e dados para melhor conhecimento entre órgãos de vigilância sanitária e secretarias de saúde dos estados. Fazer seminário intercâmaras para compartilhamento de dados e de informações produzidas. Elaboração de nota de repúdio ou ofício a Fundação Renova informando sobre o que foi discutido.

Informes internos da Câmara Técnica de Saúde

O coordenador Kleber Rangel informou que a secretária da Câmara Técnica, Camila da Cunha, fez levantamento junto ao setor de custeio da Fundação Renova e reportou ultrapassagem no orçamento da CT-Saúde previsto para 2019. O coordenador frisou que, apesar das situações, isso não prejudicaria o cronograma de reuniões previstas para o ano, porém devido a essa ocorrência, seria necessário solicitar empréstimo de verba destinada a outra Câmara Técnica. Diante do exposto, Camila reforça a importância do alinhamento correto da planilha de custeio e do comparecimento e comprometimento com as reuniões, para que se evitem novos desperdícios de verba. Em seguida, Kleber Rangel informa sobre revisão na composição da CT, e alguns membros questionam a ocupação de uma cadeira pela OPAS, que foi explicada como decidida a partir do governo de Minas Gerais via termo de cooperação técnica. Foi acordado pelos membros a retirada desta representação para favorecer representações municipais. Foi questionada também a necessidade de representação oficial da ANVISA, que poderia seguir participando na condição de ouvinte ou convidada. Kleber Rangel pontua que havia ofício da SETADES indicando

titular e suplente, que foram inseridos diante de consenso entre os membros. Deu-se discussão sobre a entrada de duas regionais do Espírito Santo e, por fim, foi acordado o retorno de Belo Oriente como membro diante do empenho do município em participar. Último ponto foi levantado por Kleber, que expôs a situação de lista de e-mails desorganizada que poderia compartilhar documentos incorretamente, ponto que foi questionado por Luciana Oliveira, que afirmou possível desinformação para com alguns membros e que a própria coordenação deveria organizar a lista, e por Antônio Áureo, que demonstrou preocupação com possível prejuízo à informação dos atingidos.

Proposta de organização de seminários para apoiar o processo de revisão do PG14

Em reunião anterior da CT, havia sido proposto por Paulo Piza a realização de seminários ou oficinas locais para auxílio dos municípios na elaboração de seus planos de ação no âmbito do PG14, visto que os municípios necessitam de apoio para identificação e organização de suas demandas relacionadas à saúde. Kleber Rangel informou que era preciso construir linhas gerais de entendimento que balizem a compreensão dos municípios sobre a complexidade e amplitude dos danos a longo prazo. O coordenador convidou membros dos Grupos Técnicos regionais a conhecerem a proposta e sugerirem calendário e fez breve apresentação sobre os resultados esperados, os atores envolvidos, a metodologia empregada e os prazos. Diante da proposta de realização em Coronel Fabriciano, em Ponte Nova, em Governador Valadares, na Região Central de Vitória e em Mariana, os membros fizeram sugestões de datas para melhor adequação aos calendários da CT e dos Grupos Técnicos.

Termo de Cooperação Técnica – FAPES/FAPEMIG

Kleber Rangel informou sobre a realização de oficina em fevereiro de 2019 com pesquisadores e com o GT-Estudos, que aglutinaram as linhas de pesquisa das quais trata a minuta do termo de cooperação técnica em questão. Havia sido apresentada em reunião anterior o orçamento das cinco linhas de pesquisa para apreciação e discussão do documento na presente reunião. Foi apresentado o seguinte orçamento:

- 1) Estudos de problemas clínicos, toxicológicos, ambientais e de atenção e cuidado à saúde
Valor: R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)
- 2) Saúde do trabalhador
Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
- 3) Saúde mental e atenção psicossocial
Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
- 4) Saúde indígena e de povos e comunidades tradicionais
Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)
- 5) Informação, educação e comunicação em saúde
Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

Após apresentação, membros prontamente apontaram para insuficiência de recursos para a Linha 3, que tratava sobre saúde mental, e questionam possibilidade de realocação de recurso. Karla Baeta explicou que a Linha 1, por tratar de temas mais gerais e de estudos mais onerosos, o orçamento era mais comprometido. Foi demonstrada grande preocupação se o orçamento total de R\$ 15.000.000,00 seria suficiente para a quantidade de estudos propostos. Kleber Rangel pontua que, nas diversas discussões sobre o tema, os membros da CT não conseguiram construir base de cálculo para justificar à Fundação Renova pedido de aumento de orçamento. Também não foi exposto pela Fundação os parâmetros utilizados para definição do presente orçamento.

Membros debateram demonstraram preocupação com o orçamento e a interrupção de estudos por falta de recurso, porém também preocupação em paralisar os trabalhos ao não aprovar as diretrizes das linhas de pesquisa. Diante de algumas sugestões de alteração, o coordenador reforça que não se pode ferir o conteúdo pactuado em oficina, e Karla Baeta reforça a possibilidade de criação de planilha de memória de cálculo para argumentação em favor de aumento do orçamento.

Encaminhamento: Solicitar à Fundação Renova a base de cálculo utilizada para definição do orçamento e elaborar memória de cálculo para proposição de aumento no orçamento.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 38ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia nove de do mês fevereiro de dois mil e vinte e um.



Clycia de Almeida Ferreira
Secretária da Câmara Técnica de Saúde

Gian Gabriel Guglielmelli
Coordenador da Câmara Técnica de Saúde